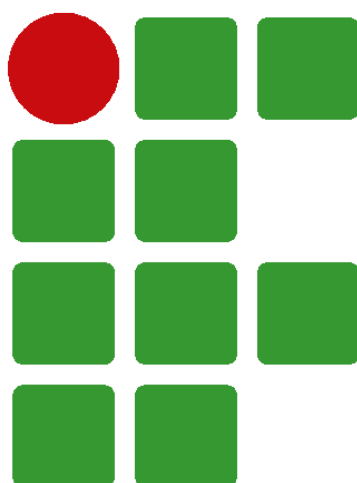




**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Sudeste de Minas Gerais



# **INSTITUTO FEDERAL**

Sudeste de Minas Gerais

## **Proposta Orçamentária 2022 – Orçamento Participativo**

2021

## 01 – APRESENTAÇÃO

Este documento tem o objetivo de apresentar o orçamento do IF Sudeste MG, como ele é constituído e, através da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2022, elaborá-lo, de forma participativa, contando com a colaboração da comunidade do IF Sudeste MG.

Como resultado esse processo trará uma maior participação no processo decisório, maior transparência nos critérios e acompanhamento da execução orçamentária, e o fortalecimento da democracia no âmbito da Instituição.

Segundo Genro e Souza (1997) (colocar o ano) *“A principal riqueza do Orçamento Participativo é a democratização da e relação do Estado com a sociedade. Esta experiência rompe com a visão tradicional da política, em que o cidadão encerra a sua participação política no ato de votar, e os governantes eleitos podem fazer o que bem entendem, por meio de políticas tecnocráticas ou populistas e clientelistas. O cidadão deixa de ser um simples coadjuvante para ser protagonista ativo da gestão pública.”*

## 02 – INTRODUÇÃO

O orçamento público, em sentido amplo, é um documento legal (consagrado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um governo em um determinado exercício, em regra, por um ano. Entretanto, para que o orçamento seja preparado perfeitamente, ele deve se fundamentar em estudos e informações atenciosamente discutidos, que irão compor todo o método de preparação orçamentária da administração.

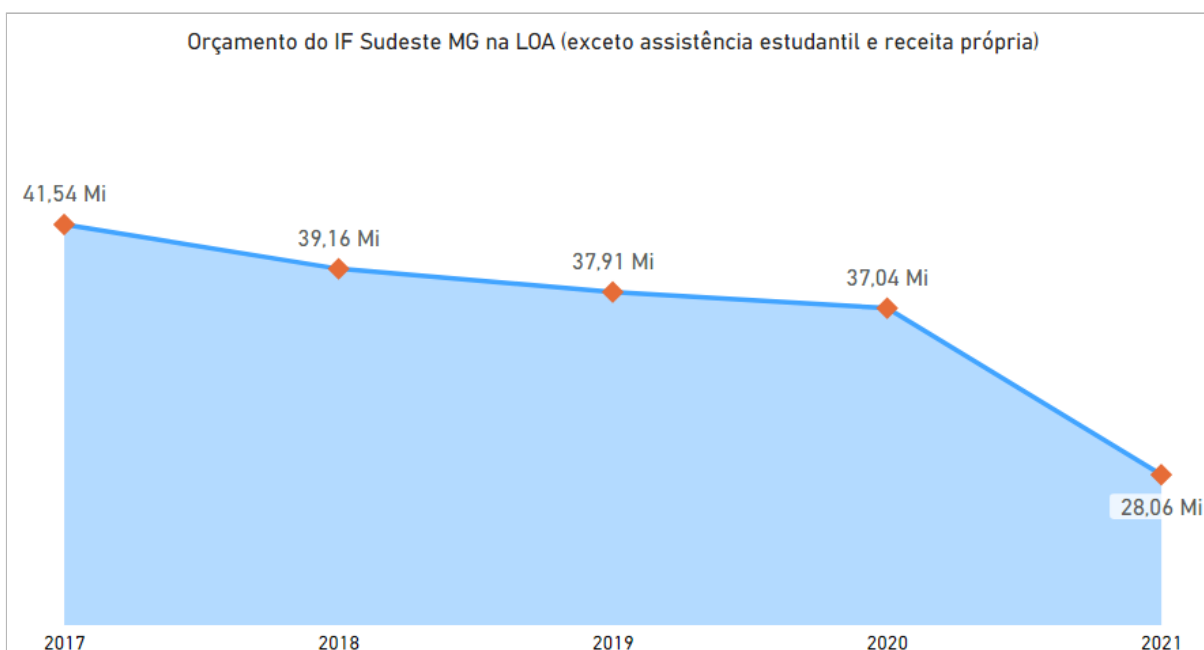
É uma ferramenta fundamental de planejamento e controle das organizações públicas. Sua temática, que tem como premissa a participação democrática na elaboração e definição dos gastos, é uma demanda social que foi reforçada durante a redemocratização da sociedade brasileira após a ditadura militar. Essa concepção de gestão democrática das políticas públicas é um preceito constitucional que também se estende à política educacional.

Em seu artigo 206, a Constituição Federal estabelece os “princípios do ensino” e inclui dentre eles a “gestão democrática do ensino público”, princípio este retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

O orçamento público vem ganhando destaque nas discussões institucionais, principalmente em função do cenário econômico de crise, que se reflete na diminuição de investimentos em políticas públicas, dentre elas a educação.

Desde o ano de 2016, com a aprovação da emenda constitucional nº 95/2016 que limita os gastos públicos por vinte anos - Teto de gastos, a redução da arrecadação, entre outros fatores, tem como consequência a redução

considerável do orçamento das Instituições Federais de Ensino (IFEs) e vem sendo motivo de preocupação, e exigindo um maior planejamento, priorizando as necessidades Institucionais.



Fonte: Lei Orçamentária Anual disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>

Uma maior participação da comunidade, além de garantir a democracia, transparência e tomada de decisão participativa, leva a uma maior conscientização sobre o tema e permite um maior controle social.

## **03 – COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO**

### **03.1 PROGRAMAS E AÇÕES**

Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual (PPA), ou seja, quatro anos.

Um programa pode ser entendido como um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores no PPA.

Dentro dos vários programas, encontram-se as ações, que são operações que resultam em produtos (bens ou serviços) e que contribuem para atender ao objetivo do programa. Por exemplo, a Ação 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica, está contida no Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica e seu produto é o Aluno Assistido.

O orçamento dos Institutos Federais de Educação (Rede Federal de Educação) é composto por algumas ações orçamentárias e está dividido nas seguintes despesas:

- a) Despesas obrigatórias com a folha de pessoal, que são projetadas e vinculadas ao órgão diretamente pelo Ministério da Economia, planejamento, desenvolvimento e gestão a partir do número de



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Sudeste de Minas Gerais

servidores vinculados à instituição e da projeção de vagas liberadas para provimento.

- b) Arrecadação própria, proveniente de comercialização de produtos, serviços, cessão de espaço físico e captação de recursos externos diretos. Esta receita é projetada pela própria Instituição com base nas arrecadações de exercícios anteriores e projeções disponibilizadas pela Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF.
- c) O orçamento para o funcionamento, capacitação e assistência estudantil e expansão.

As despesas discricionárias, também chamadas de custeio e investimento, são aquelas que a Instituição tem a função de programar e executar conforme a sua necessidade, no caso do IF Sudeste MG, essas despesas possuem as ações orçamentárias abaixo relacionadas.



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Sudeste de Minas Gerais

## 03.2 AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – ORÇAMENTO

### DISCRICIONÁRIO DO IF SUDESTE MG

	<b>Ação</b>	<b>Recursos alocados</b>
20RG	<b>Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	Nesta ação são alocados recursos destinados à expansão e reestruturação do IF Sudeste. Produto: Número de unidades atendidas.
20RL	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>	Principal ação onde é alocada a maior parte do recurso para o funcionamento do IF Sudeste envolvendo despesas de custeio e capital. Tem como produto o número de estudantes matriculados.
2994	<b>Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica</b>	Aqui são alocadas as despesas com fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante. Produto: Número de benefícios concedidos.
4572	<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	Nesta ação são incluídas as despesas realizadas com as iniciativas de capacitação e qualificação dos servidores do IF Sudeste.

Fonte: Cartilha Orçamento IF Sudeste MG, disponível em:

<https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/unidades/reitoria/pro-reitorias/administracao/outs-documentos/cartilha-orcamento-do-if-sudeste-mg-ano-2017.pdf/view>

## **04 – ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLOA**

A Lei Orçamentária Anual – LOA é o planejamento operacional em curto prazo, é lei de iniciativa exclusiva do Chefe do poder executivo onde os entes da administração pública federal fazem a previsão de receitas e a fixação das despesas para o exercício financeiro seguinte. Ela deve ser elaborada em consonância com o PPA e as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), além dos princípios constitucionais da universalidade, unidade e anualidade (ALVES, 2015).

As Universidades e Institutos Federais elaboram suas propostas orçamentárias (PLOA), estimando suas receitas e prevendo suas despesas, e após este processo encaminha ao Ministério da Educação (MEC) para consolidação (ALVES, 2015). De acordo com o Manual Técnico do Orçamento (MTO) de 2021, essas instituições são classificadas como Unidades Orçamentárias (UOs), sendo responsáveis diretas pela programação orçamentária detalhada da despesa em programas, ações e subtítulos. Sendo assim, cada UO vinculada ao MEC deve enviar para o referido ministério sua previsão de arrecadação por natureza de receita e sua despesa fixada por natureza de despesa de custeio e de capital (ALVES, 2015).

No caso específico dos Institutos Federais de Educação, para a construção e envio da PLOA é utilizada uma metodologia de cálculo do montante denominada Matriz CONIF. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) recebe o valor estimado e após a sua apreciação informa o montante



que será disponibilizado e caso esse seja menor que o cálculo da Matriz é aplicado o corte (ALVES, 2015).

O orçamento anual – LOA da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é construído por meio de uma metodologia de cálculo apresentada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) à SETEC. Após a apresentação da proposta do CONIF, a SETEC informa o valor destinado a Rede EPT (Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica), e caso este seja inferior ao montante estimado é aplicado os cortes necessários para a adequação.

#### Fluxo da construção da Proposta Orçamentária Anual





**INSTITUTO  
FEDERAL**

Sudeste de Minas Gerais

## **04.1 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – PLOA/2022**

A permanência do cenário de instabilidade econômica, política e social no governo federal vem impactando diretamente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Isso vem exigindo cautela, equilíbrio e criatividade em relação ao desempenho projetado futuro para os programas, ações e custeamento das despesas operacionais.

O IF Sudeste MG, representado pela administração superior, já internalizou esse cenário e busca constante e permanentemente mecanismos para superar esse quadro por meio da racionalização do uso dos recursos, do alcance de soluções inovadoras, da manutenção e busca de novos parceiros para firmar convênios e contratos, da captação de novos recursos via Termo de Execução Descentralizada (TED), de emendas parlamentares individuais e de bancada além de outros expedientes que se apresentem como oportunidades a serem aproveitadas e que favoreçam o cumprimento da missão institucional. Entretanto, é imperioso que cada gestor atue de modo a considerar na programação de suas despesas de funcionamento, bem como na elaboração e consecução de projetos, planos e programas de interesse institucional alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o cenário vigente.

O IF Sudeste MG entende a necessidade de ter foco e gerar os resultados almejados pela sociedade, num cenário complexo e adverso, porém, nosso

poder de inovação, qualidade e compromisso com a região serão os elementos capazes de direcionar os esforços necessários para superar as dificuldades e avançar, rumo ao cumprimento de sua visão institucional.

## **04.2 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

O PDI representa uma das peças do planejamento estratégico do IF Sudeste MG, devendo estar alinhado ao orçamento da Instituição.

Neste contexto, Bornia e Lunkes (2007) ressaltam que é fundamental construir uma ligação forte entre o Planejamento e o orçamento, visto que a falta de alinhamento do orçamento com o planejamento estratégico torna o processo orçamentário pouco eficiente no gerenciamento estratégico.

Para Ribeiro (2011) quando o gestor consegue aliar sua capacidade de planejamento às suas limitações orçamentárias o resultado alcançado será maior para os objetivos e metas mais importantes para organização.

Um dos objetivos estratégicos do PDI 2021-2025 é " *Otimizar a alocação de recursos orçamentários favorecendo o alcance dos objetivos estratégicos*".

O Orçamento Participativo (OP) é uma metodologia de elaboração de orçamentos públicos que permite aos cidadãos participar, influenciar e/ou decidir sobre as prioridades das ações do governo.



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Sudeste de Minas Gerais

Como proposta de gestão do Reitor eleito, André Diniz, o IF Sudeste MG pretende, a partir do ano de 2022, utilizar a metodologia do orçamento participativo com a participação democrática dos servidores públicos na elaboração da proposta orçamentária anual contribuindo para uma gestão transparente e eficiente.

## **Ciclo do Orçamento Participativo IF Sudeste MG**

A proposta de implementação de orçamento participativo no IF Sudeste MG – Reitoria, se inicia no período de elaboração da PLOA. Neste momento é realizado um levantamento de demandas e projetados os gastos alinhando aos objetivos estratégicos do PDI, detalhado por natureza de despesa e separado por pró-reitoria.

Assim, após este primeiro passo, é feita a classificação das demandas em: essenciais, prioritárias (finalísticas e de interesse institucional), estratégicas (aquelas direcionadas ao alcance dos objetivos estratégicos do PDI) e demais despesas e verificado o valor total estimado. Após esta estimativa, é realizada uma reunião com objetivo de discutir a priorização e adequação aos limites orçamentários disponíveis.

Dessa forma, a demanda é adequada aos limites orçamentários disponíveis e com isso, consolida-se a PLOA que será transmitida no sistema federal - SIOP. Esta será incorporada e consolidada a proposta do MEC.



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Sudeste de Minas Gerais

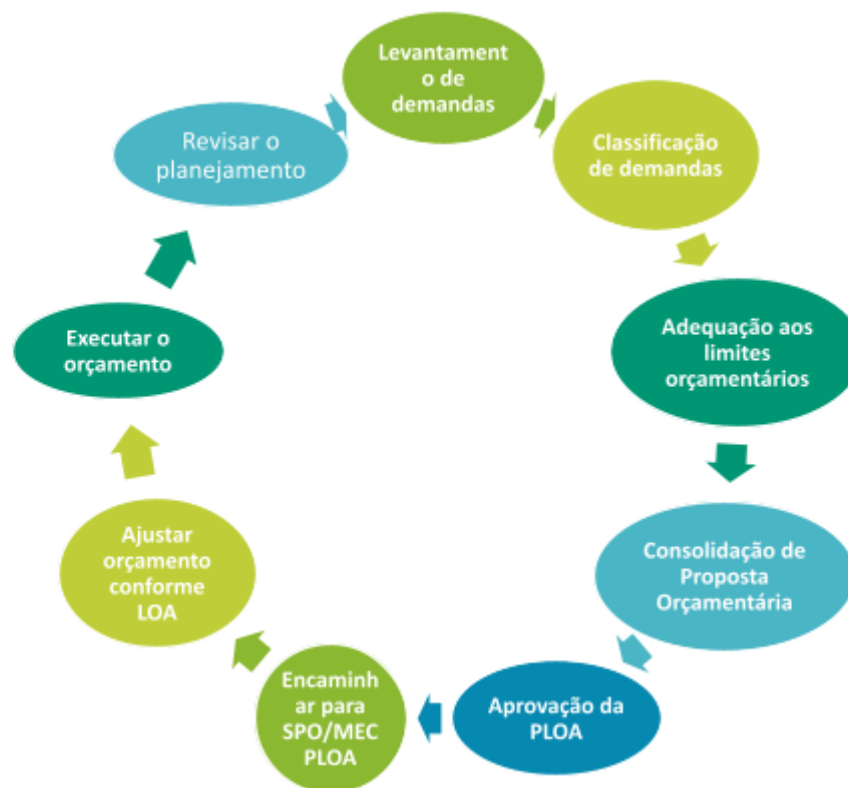
No ano seguinte, é feito um acompanhamento da aprovação da PLOA para LOA (Lei Orçamentária Anual) e verificado se houveram cortes ou contingenciamentos.

No caso de cortes e contingenciamentos, é necessária uma adequação nos valores programados e para isso, a comunidade é chamada a debater a situação e priorizar as despesas que julgarem ser prioritárias.

Ao longo do exercício financeiro é projetado cenários relativos aos gastos e promovido o acompanhamento do planejamento para adequações.

A figura 1 abaixo, expressa um resumo do ciclo do orçamento participativo proposto para elaboração e execução orçamentária no âmbito do IF Sudeste MG.

**Figura 1 – Ciclo orçamento participativo**



Fonte: elaborado pela autora



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Sudeste de Minas Gerais

No ano de 2021, apesar de não ser possível efetivar o ciclo completo do orçamento participativo, foram realizados uma série de levantamentos de demandas institucionais e de reuniões que objetivaram estabelecer prioridades e critérios para alocação de recursos em contratações consideradas estratégicas para a instituição.

Contando com o apoio e suporte orçamentário da Reitoria estão sendo realizadas diversas políticas institucionais de fortalecimento da gestão e da área finalística, entre elas destaca-se:

*Repassa de parcela referente ao Mestrado Profissional em Administração Pública contratado com a UFF;*

*Aporte orçamentário para ações de assistência estudantil (auxílios financeiros);*

*Apoio ao Programa de Monitoria e Ações Inclusivas – ação conjunta entre a PROEN e os campi;*

*Contratação de estagiários de Intérpretes de Libras;*

*Contratação do Facebook e Instagram para divulgação do Processo Seletivo e pagamentos de gratificação por encargo de curso e concurso;*

*Descentralização para projetos contemplados no edital do PIAEX;*

*Contratação do SEBRAE para ações de inovação;*

*Pagamento de auxílios financeiros antes financiados pela FAPEMIG;*

*Apoio a Mestrado e auxílios a pesquisador;*



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Sudeste de Minas Gerais

*Contratação de Solução de WiFi para os campi avançados;*  
*Aporte orçamentário/financeiro para continuidade de obras em andamento através de aditivos, reequilíbrios e repactuações;*  
*Contratação de Profissionais intérpretes de Libras;*  
*Contratação do google meet;*  
*Contratação de Diploma Digital.*

Ainda iremos verificar e pactuar outras ações, uma vez que o exercício financeiro ainda está em curso.

Como nos aproximamos do prazo para construção da PLOA/2022, construímos uma planilha que será compartilhada e construída em conjunto para elaboração do orçamento da Reitoria. Nesta planilha, constam as naturezas de despesas, as ações orçamentárias, a classificação de prioridade do gasto, as metas e indicadores (no caso de serem gastos relacionados aos objetivos estratégicos que constam no PDI 2022-2025) conforme consta em anexo a este documento.

Para preenchimento da planilha compartilhada, será necessário que cada setor faça um levantamento de suas demandas e apresente em reunião agendada com esse objetivo. Após a reunião, a proposta será consolidada e apresentada nos órgãos colegiados para aprovação.

No caso de limites orçamentários diversos àqueles previstos, a Diretoria de Orçamento e Finanças irá proceder com os ajustes e apresentar em momento oportuno, permitindo novas discussões sobre o planejamento orçamentário e sua execução.